

O papel de La Conquista del Desierto na construção do Estado argentino, no século XIX*

Maria Heloisa Lenz

Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística
e Professora do Departamento de Economia e da
Pós-Graduação em Economia da UFRGS

Resumo

Este trabalho tem por objetivo examinar a relação entre a expansão de fronteira ocorrida na Argentina, no período de intenso crescimento econômico do final do século XIX, e a formação da nação. A expansão territorial, que implicou a incorporação de grandes contingentes de terras férteis às diversas atividades agrícolas, constituiu-se em uma das principais alavancas que possibilitaram o crescimento das exportações e a inserção da Argentina no cenário internacional, nesse período. A principal hipótese do artigo é que essa expansão foi um dos eixos que possibilitaram, em 1880, a consolidação definitiva do Estado nacional, com a conseqüente unificação do País. O tema do artigo está desenvolvido em duas partes: na primeira, são discutidos os condicionantes históricos da formação do Estado relacionados com a formação da fronteira argentina; na segunda, é apresentada a principal forma da conquista e da ocupação das terras férteis do pampa argentino, que consistiu nas operações militares, que entraram para a literatura com a denominação de Campanha do Deserto. Houve duas campanhas distintas, a de Alsina, de 1874, e a do General Roca, de 1878, sendo que ambas tiveram o claro objetivo de resgatar o vasto território (o deserto) ocupado pelos indígenas e povoá-lo. Além disso, os movimentos militares necessitaram de demarcações de fossas e de fortificações, o que levou, pela primeira vez, à delimitação física da fronteira. Com as Campanhas de Alsina e do General Roca, foram incorporados 606.000km de território à Nação argentina.

* Trabalho apresentado no Segundo Congresso de História Econômica, na Cidade do México, México, em setembro de 2004. A autora faz os necessários agradecimentos à Professora Ligia Osório Silva, pela sugestão do tema do artigo, e à Professora Silvia Horst Campos, pelas valiosas sugestões à versão original. Evidentemente, os possíveis erros e incorreções existentes no trabalho são de inteira responsabilidade da autora. Artigo recebido em nov. 2005 e aceito para publicação em jul. 2006.

Palavras-chave

Argentina; fronteira; Estado.

Abstract

This article studies the relation between the border expansion of Argentina that occurred at the end of the 19th century, a period of high economic growth, and the consolidated of Argentina nation. This expansion incorporated large amounts of fertile land into several agricultural activities, and was one of the main factors in the growth of exports and the insertion of Argentina in the international scene at the this time. In the first part of this article we discuss the historical constraint of the started the Argentina State related with the formation of borderlines Argentina. In the second part, we study the main form of conquer and occupation of new fertile land which took place in the Argentinean pampa, by means of military operations, and which is referred to in the literature as the Desert Campaign. There were two of these campaigns: the one known as Alsina, in 1874, and the one by General Roca, in 1878. Both of them had the clear aim of taking over the vast territory inhabited by the Indians and settle it. Besides that, the construction of fortifications and security checkpoints led, for the first time, to the physical demarcation of a frontier. Summing up, in these two campaigns 600,000 square kilometers were incorporated into Argentinian territory.

Key words

Argentina; frontier; State.

Classificação JEL: N16.

Introdução

A economia argentina experimentou um extraordinário crescimento econômico no final dos anos 70 do século XIX, a chamada Belle Époque, onde a característica mais marcante foi a sua integração ao mercado internacional, através de dois movimentos: o crescimento das exportações e o afluxo de capital e de trabalho externo.

A intensidade do crescimento, nesse período, fez com que a Argentina despontasse como o principal representante dos processos de crescimento que marcaram o continente latino-americano nos séculos XIX e XX, valendo-lhe também a comparação com os principais países ocidentais.

Dentre os aspectos mais peculiares desse período e que muito contribuíram para esse excelente resultado, destaca-se o deslocamento da fronteira argentina, que implicou a incorporação de grandes contingentes de terras férteis às atividades agrícolas. Essa expansão territorial agregada ao território existente e a sua luta para mantê-lo unificado foram vitais para a formação do Estado nacional e da identidade da nação argentina. O deslocamento da fronteira do País foi viabilizado, principalmente, por uma série de operações militares, que entraram na literatura com a denominação *A Campanha do Deserto* ou *La Conquista del Desierto*. Essas ações buscaram, essencialmente, expulsar os índios da região localizada ao sul de Buenos Aires, de modo a incorporá-la às atividades produtivas de exportação.

O trabalho tem por tema o exame do papel que a incorporação de grandes contingentes de terras férteis, os instrumentos que a asseguraram e as lutas pela unidade almejada tiveram na formação do Estado argentino. O seu pressuposto é de que as lutas denominadas *La Conquista del Desierto* foram uma das precondições para a consolidação definitiva da formação do Estado nacional argentino, com a conseqüente unificação territorial do País.

O artigo será desenvolvido em duas partes. Na primeira, serão resgatados e discutidos os conceitos de fronteira e de deserto relacionados com a construção do Estado nacional. Na segunda parte, será apresentada a principal forma de ocupação das terras férteis do pampa argentino, a *Campanha do Deserto* propriamente dita: as campanhas militares de Alsina, de 1874, e do General Roca, de 1878.

1 A formação do Estado argentino: a fronteira e o deserto

Um dos pontos iniciais do processo da formação inicial do Estado argentino foi, sem dúvida, em 1853, quando, com a queda do ditador Rosas em 1852, assumiu o poder um governo que se constituía de um grupo dirigente decidido a desenvolver o País.¹ Vários autores, dentre eles Lewis (1980), argumentam que

¹ A queda de Rosas, em 1852, marcou o fim de um longo período político no País. Em dezembro de 1829, com o fim da luta civil entre unitários e federalistas pela vitória da facção federal, Rosas conquistou o poder de Governador da Província de Buenos Aires e, a partir

as instituições modernas argentinas começaram a tomar forma depois de 1853, seguindo o golpe da retirada do poder de Rosas. Para ele, o arranjo encapsulado na Constituição de 1853 e o acordo de 1880 — que resultou na federalização de Buenos Aires — foram os elementos que conferiram a caracterização final das instituições do período subsequente.

Durante esse período, houve um conflito permanente entre o setor de classe média — contrário ao livre comércio, pois isso significaria a ruína da pequena burguesia local, e a favor da entrada de camponeses, dando-lhes terra — e o de proprietários de terra, favoráveis ao livre-comércio e à imigração de camponeses assalariados. Este último grupo foi o que influenciou a aprovação da Lei de Colonização, de 1876, que pôs fim às esperanças de uma colonização de classe média no campo. Também foi decisiva a mudança nos rumos da política econômica, definida pela Constituição de 1853, com o País organizando-se em um sistema federativo.

Finalmente, por volta do final dos anos 70 e início dos anos 80 do século XIX, a economia argentina começou um período de extraordinário crescimento, denominado, por muitos autores, como a Belle Époque². Esse crescimento resultou da incorporação de vastas extensões de terras férteis, pois a sua utilização tornou-se economicamente viável, em razão de a diminuição dos custos de transportes ter aproximado o mercado dos países europeus à Argentina, criando um aumento de demanda para as exportações argentinas.

O início dos anos 80 do Século XIX também marcou o estabelecimento definitivo do Estado nacional argentino, referenciado por acontecimentos como a federalização de Buenos Aires, com a conseqüente unificação da Argentina e a chegada de Roca à Presidência da República, em 12 de outubro de 1880.³

de então, passou a detê-lo com caráter ditatorial, exercendo a representação externa da Confederação. Ele significou a subida ao poder do grupo econômico dos grandes proprietários de terra, governando, primeiramente, de 1829 a 1832, com poder absoluto. Depois de um interregno durante o qual a instabilidade em Buenos Aires e nas demais províncias ameaçou restabelecer a anarquia, ele retornou ao posto, em seus próprios termos, em março de 1835, e governou pelos 17 anos subsequentes com total e ilimitado poder (Lynch, 1993, p. 22).

² Sobre esse período e suas características, ver os trabalhos de Cortés Conde (1997), Di Tella e Platt (1985), Díaz Alejandro (1970) e Lenz (2004).

³ Sobre a questão da formação do Estado nacional nessa época, é importante colocar-se a posição de Buchbinder (1994, p. 32), para quem toda a historiografia do século XIX se preocupava em justificar a existência de nações preexistentes, anteriores a esse período. Ele faz referência aos autores Mitre e Lopes como os divulgadores da idéia de que a Nação argentina se encontrava prefigurada desde os tempos coloniais e “preexistia” nos Estados provinciais. Segundo o autor, embora o conjunto dessa obra tenha sido questionado em muitos aspectos, essa idéia de nação preexistente foi disseminada pela maioria dos trabalhos e se constituiu em um argumento nos debates sobre federalismo e sobre a intervenção do poder central nas províncias.

Rapoport (1988, p. 173), por sua vez, entende que esse crescimento, na verdade descontínuo, só iniciou na década de 80 do Século XIX, denominando-o, inclusive, *Proyecto del 80*. Para ele, o período de transição, em que se estabeleceram as bases políticas — institucionais e econômicas — do processo iniciado nessa década, estendeu-se de 1852 a 1880, desde Caseros a Roca. Os marcos estabelecidos por ele são a Constituição de 1853 e o estabelecimento dos Códigos Civil e Comercial. Assim, em 1880, o País começou a estruturar-se, apesar das crises políticas e militares, como os enfrentamentos entre Buenos Aires e o Governo nacional, os conflitos internacionais — guerra com o Paraguai — e as expedições contra os índios, o marco institucional e a estrutura política própria de um Estado nacional, processo que se complementaria logo, sob o governo de Roca.

A grande criação de riqueza do período é caracterizada pelo início da criação de gado *vacum*, impulsionada pela possibilidade de expansão graças à existência da disponibilidade de terras incorporadas pelas Campanhas do Deserto. Assim, essa fase foi o domínio da criação de gado nas áreas da fronteira, de onde veio a expressão que “povoar” no deserto era povoar com gado.

No início da década de 70 do século XIX, o território que é hoje denominado Argentina estava encerrado entre duas linhas imaginárias que separavam as zonas povoadas de outros imensos espaços vazios, que ficavam no exterior delas. Essas linhas de contato entre o espaço povoado e o espaço vazio eram chamadas de fronteiras; na verdade, uma linha móvel, flutuante, ainda que relativamente definida, que expressava o limite entre uma zona e outra.

Segundo Auza (1980, p. 61), o espaço exterior à zona ocupada, o assim denominado deserto, compreendia amplos espaços geográficos, primordialmente grandes extensões de planícies conhecidas como o pampa, localizadas no sul, no sudeste e a noroeste do País. Esse imenso espaço vazio constituía o maior desafio a ser enfrentado por aqueles que aspiravam construir uma nação.

O caráter da fronteira territorial, vista como espaço de conflito, de disputa entre dois grupos ou duas culturas, é normalmente conceituado como um produto histórico, resultante de forças de conflito. No caso argentino, o conceito de fronteira é, algumas vezes, remetido ao trabalho de Frederick Jackson Turner, **The significance of the frontier in American History**, de 1893, quando este se refere à ocupação do oeste norte-americano. Nesse trabalho, Turner (1940) define como fronteira a zona ainda não colonizada pelo europeu, a fronteira imaginária que marcou o caminho dos pioneiros em direção ao oeste norte-americano, trazendo a idéia do limite extremo entre a terra colonizada e a terra não explorada. Essa referência provém do fato de, à primeira vista, existir muita correspondência entre o caso argentino e o norte-americano, pelo mesmo fenômeno da incorporação de território ocupado pelos índios e dos conflitos ocasionados por

esse processo e, principalmente, pela forma de integração desses territórios à nação existente junto com a questão do Estado.

Silva (2003), por sua vez, faz ressalvas extremamente pertinentes ao uso turneriano para o caso argentino, pois, a seu ver, “[...] nas sociedades latino-americanas a experiência não contribuía apenas para a liberdade de oportunidades, mas para o estabelecimento de hierarquias duradouras”. A autora lembra também que o principal obstáculo na trajetória da formação da Nação para o Estado argentino era o perigo da fragmentação, o que levou à necessidade de uma forte presença do Estado. Isso tudo conduz a afirmar que: “Deste modo, encontramos, no século XIX, na Argentina, a experiência da fronteira gerando o inverso da tese turneriana, um mito negativo, na literatura acadêmica e na cultura popular” (Silva, 2003, p. 12).

O termo deserto está diretamente ligado a questão da fronteira e, por isso, adquiriu uma enorme importância na história argentina e para a própria identidade do País. Segundo Vázquez-Rial (1996), todas as especulações dos argentinos sobre o termo fundamentavam-se na observação da relação entre o número de habitantes e a superfície, ou, no melhor dos casos, entre o número de habitantes e os recursos existentes (potenciais). Entretanto nenhuma das relações se constitui, em si mesma, num indicador válido, nem, como se costumava crer e costumavam divulgar os políticos do rio da Prata, a modificação de um dos termos modifica, necessariamente, o outro, nem a própria equação.

Para Bandieri (2000, p.129), desde o contexto da Campanha do Deserto de 1879, o termo “deserto” deve ser entendido como sinônimo de “barbárie” ou, o que é o mesmo, “vazio de civilização”. Essa forma de entender o deserto encontra-se também na obra épica **Facundo**, de Domingo Faustino Sarmiento. Ao realizar uma análise épica da Argentina, apresentando-a como uma luta entre a “civilização” e a “barbárie”, descreve a Argentina como “[...] uma região vasta [...]. Sua própria extensão é o mal de que a República argentina sofre; o deserto cercando-o por todos os lados” (Sarmiento, 1986, p. 112).

Conforme ressalta Ogelsby (1985), se houve um viés daqueles que escreveram sobre os países novos como a Argentina, ele proveio do fato de que eles teriam sido afetados pela terra e pelo sentido de espaço. O fato de o pampa ser maior do que a metade leste de Gales parece ter tido um grande impacto sobre a mente dos argentinos, fazendo com que eles construíssem sua identidade sobre a vastidão.

Um outro exemplo de como a concepção de deserto está associada à história da Argentina é referida por Vázquez-Rial (1996), lembrando a idéia da falta de população no País, da Argentina como deserto, imensa, inexplorada e sem cultivar, que mobilizou a política argentina, ao menos desde 1880,

convertendo o País em um dos maiores pólos de imigração do Ocidente ao longo de mais de meio século.

Da mesma forma, Mitre expressa a relação do deserto e sua ocupação em um discurso de encerramento presidencial: “[...] a necessidade de expansão e o instinto salvador das necessidades sociais [...] com o auxílio das vacas e dos cavalos que ocuparam o deserto e o povoaram espontaneamente” (Mitre apud Halperin Donghi, 1998, p. 153).⁴

Finalmente, cabe lembrar Alberdi, sobre o deserto e sua relação com os indígenas, ao afirmar:

A guerra de conquista pressupõe civilizações rivais, Estados opostos: o selvagem e o europeu, por exemplo. Este antagonismo não existe: o selvagem está vencido: na América não tem domínio nem senhorio. Nós, europeus de raça e civilização, somos os donos da América (Alberdi, 1994, p. 71-72).

Assim, a incorporação de novos territórios, na segunda metade do século XIX, desempenhou um papel especial na formação inicial da nação argentina. A Argentina, para poder competir no comércio externo, em vista da necessidade de buscar novos pastos para o seu crescente rebanho, passou a enfrentar a busca efetiva desses novos territórios através de uma série de campanhas militares.

2 Conquista e ocupação de novos territórios: La Conquista del Desierto

O crescimento das exportações e a abertura externa só foram possíveis devido à grande expansão do território argentino e foram viabilizados, em grande medida, por uma seqüência de operações militares, que resultaram na expulsão da população indígena das terras férteis do pampa.

No século XIX, por volta dos anos 70 e 80, o sul da Província de Buenos Aires estava ocupado pelos indígenas, e a sua expulsão e a conseqüente apropriação dessas terras para atividades produtivas entraram para a literatura com a denominação de Campanha do Deserto ou La Conquista del Desierto.

A falta de terra livre foi, conforme afirma Landes (1998, p. 347), uma das piores heranças do regime colonial, quando vastos domínios argentinos foram

⁴ No original: “[...] *la necesidad de expansión y el instinto salvador de las necesidades sociales [...] con el auxilio de las vacas y los caballos que ocuparon el desierto y lo poblaran como Dios los ayudara*” (Mitre apud Halperin Donghi, 1998, p. 153).

dados de mão beijada à Igreja e a homens de respeito e poder. As sobras eram arrebatadas durante os distúrbios após a revolução da independência, e, a novos ganhos territoriais, seguiam-se distribuições do mesmo quilate. Assim, “A campanha de 1879 contra os índios (que os argentinos bizarramente descreveram como *La Conquista del Desierto*) foi precedida e financiada por vendas de terras, cerca de 8,5 milhões de hectares para 381 pessoas”. Segundo esse autor, os compradores precisavam de toda a terra que pudessem adquirir, pois, à medida que se avançava para o sul, o clima tornava-se árido, e o solo, estéril. A Patagônia podia sustentar, talvez, um rebanho ovino por área, que correspondia a um décimo do da Província de Buenos Aires. Embora já tivesse havido deslocamento de fronteira no século XVIII, especialmente em Buenos Aires, sem dúvida, os mais importantes ocorreram no século XIX.⁵

A grande mudança de postura em relação à conquista de novos territórios aconteceu com a consolidação do Estado nacional em 1880, quando o Governo central passou a deter maior poder, contando — e pela primeira vez disponível para utilização guerreira — com um exército nacional, formado tanto em função da Guerra do Paraguai quanto pelo temor do Chile como potência do sul. Superou-se, então, uma série de circunstâncias políticas, tais como o período conturbado de Rosas, as guerras civis e a do Paraguai, que, até o final da década de 70 do século XIX, produziram um retrocesso da fronteira na Argentina e tornaram os direitos de propriedade menos seguros.

Di Tella e Platt (1985), ao compararem a economia argentina com a norteamericana, afirmam que um traço comum entre esses países foi o desenvolvimento da tecnologia e das táticas militares. Estas, junto com o melhoramento dos transportes, permitiram, com mais facilidade, o controle sobre as populações indígenas preexistentes. Na Argentina, as novas armas importadas em 1870 transformaram a guerra contra os índios de uma posição defensiva sobre uma fronteira estacionária para uma fronteira ofensiva, que, em poucos anos, somou milhões de acres para a economia de mercado daquele país. Em termos econômicos, a “pacificação” significou uma redução nos riscos e incerteza e, conseqüentemente, uma redução em custos, em termos quase dramáticos.

Cuccorese (1966, p. 36) questiona a ocupação da seguinte forma: “E o que se passou com a terra conquistada? Foi entregue para ser trabalhada por argentinos nativos ou imigrantes? Não aconteceu assim. Não se povoou o deserto.

⁵ Segundo Cortés Conde (1997), houve movimentos de fronteira antes das famosas Campanhas de Alsina e Roca, datadas de períodos bem anteriores, nos anos de 1820 e 1833, sendo a mais famosa a Campanha do Deserto, de Rosa, em 1833, mas as suas soluções, como, por exemplo, os subornos a tribos indígenas, foram menos custosas do que a ocupação militar.

A terra foi entregue para poucas famílias. A terra já tinha sido outorgada ainda antes da conquista”⁶

A fronteira sul, que cobria cinco províncias — Buenos Aires, Santa Fé, Santiago del Estero, San Luis e Mendoza —, constituía, ao Avellaneda assumir a Presidência em 1874, a linha mais vulnerável da fronteira interior, a que mais prejudicava a economia nacional e que maiores implicações possuía com as questões de política internacional (Auza, 1980, p. 63).

A primeira grande campanha efetivamente conhecida foi a de Alsina, Ministro da Guerra do Presidente Avellaneda, e tinha o objetivo de recuperar a fronteira do rio Negro e, assim, incorporar enormes extensões de terra à produção. Nesse contexto, o Ministro Alsina propôs um plano de ação, que consistia em avançar a linha de fronteira sul, ocupando lugares estratégicos e levantando fortificações. O avanço deveria realizar-se por linhas sucessivas, que se comunicariam com Buenos Aires por telégrafo, e as fortificações entrelaçar-se-iam com fundações que tinham por objetivo impedir a passagem dos índios.

É importante, segundo Ortiz (1987, p. 174), notar que, no início da Campanha de Alsina, a fronteira era descrita como uma linha que partia do vértice noroeste da Província de Buenos Aires, avançando em direção ao sudeste e dirigindo-se até a proximidade de Bahía Blanca, junto ao oceano Atlântico. A zona do gado representava, pois, um vasto setor, cuja superfície era de umas 2.000 léguas e permitia algum desafogo aos criadores de ovelhas, mas estava distante de resolver o problema real, que era perder a região da Patagônia, embora este não fosse um problema premente.

Com vistas à realização do seu plano de combate aos índios, em 25 de agosto de 1875 o Presidente Avellaneda (Argentina. Ministerio del Interior, 1979, p. 112) remeteu ao Congresso uma mensagem solicitando autorização para investir até 200.000 pesos fortes.

O plano de Alsina incluía, dentre outras, a construção de uma estrada de ferro econômica entre Bahía Blanca e Salinas Grandes, assim como a ampliação, em 771km, das linhas telegráficas existentes na Província de Buenos Aires, como forma de unir a Capital com as outras regiões.

Embora a Campanha tenha se originado na questão estratégica de apropriação de terras, nessa época houve realmente o ressurgimento da ameaça indígena, em virtude de problemas com os países limítrofes, a crise estrutural do Estado argentino e as turbulências internas da sociedade indígena.

⁶ No original: “Y que se pasó con la tierra conquistada? ¿Fue entregada para su lambranza a argentinos nativos y a los inmigrantes? No resultó así. No se pobló el desierto. La tierra fue entregada en propiedad a pocas familias. La tierra ya había sido otorgada, aún antes de conquistada” (Cuccorese, 1966, p. 136).

O imenso território indígena ia desde o rio Chubut ao Terceiro e da cordilheira andina ao oceano Atlântico, e, segundo Ísola (1996), os índios não estavam submetidos ao controle estatal. Ao mesmo tempo, os índios tornaram-se fortalecidos por sua extrema habilidade com os cavalos e, por isso, logo começaram a competir com êxito pelo gado *cimarrón*, mas, depois, estabeleceram um importante tráfico de gado roubado, que transportavam e comercializavam em Mendoza e no Chile.

Os índios também disputavam com a população local a água necessária ao gado, sendo esse outro motivo para freqüentes invasões aos povoados e para ameaças importantes às populações, o que tornava muito difícil garantir a segurança e a crescente rentabilidade agropecuária na *plana pampa*⁷.

Todas essas causas combinaram-se para incentivar os índios a realizarem incursões mais audaciosas precisamente no período em que o Estado estava menos preparado, ou capacitado, para consagrar seus recursos à defesa da fronteira interna. Evidentemente, não foi a audácia dos índios que operou a mudança de atitude por parte do Estado. O que incitou as autoridades a mudarem de atitude foi a percepção agudizada de que, pela primeira vez, a insegurança da fronteira indígena começava a produzir um impacto profundo no ritmo de desenvolvimento argentino. Importa esclarecer, novamente, o significado da expressão **fronteira indígena**, utilizando-se a diferenciação feita por Lewis (1980), quando afirma que a mesma não implica uma divisão precisa, ou especificamente reconhecida, entre zonas colonizadas e não colonizadas.

A fronteira interna argentina era, essencialmente, um termo vago empregado para se referir a uma zona geral dos pampas: não era estática e tampouco tinha um movimento unidirecional. Na verdade, era uma fronteira aberta e pouco rígida, que podia ser facilmente penetrada pelos índios, mas que também podia ser transposta pela população branca. Com efeito, durante os anos 60 do Século XIX e no princípio da década de 70 do mesmo, as autoridades argentinas estimulavam a colonização das zonas além da fronteira. E foi somente no decorrer da década de 70 citada que a fronteira começou a ser vista como uma barreira firme entre zonas não civilizadas e cultivadas. Isso se deveu a mudanças econômicas que estavam acontecendo na Argentina e, por isso mesmo, também foi esse o momento em que o Governo começou a receber críticas sobre a insegurança na fronteira. Nessa época, os ataques estavam preocupando a classe dos proprietários de terra e passaram a adquirir um significado que não podia mais ser ignorado.

⁷ Segundo Silvestri (1999, p. 224), o nome pampa vem do quíchua — *extensión llana* —, que, em uma tradução livre, significa extensão plana, ou grande planície.

Os ataques indígenas, independentemente de serem causa, ou não, da Campanha, produziram perdas importantes no período 1820-70. De acordo com Lewis (1980, p. 475), as devastações maiores foram dentro da área central de Buenos Aires e resultaram na captura de 300.000 animais e de 500 pessoas, sendo que 400 brancos foram dados como mortos.

O triunfo dos índios, entretanto, não era decorrente de seu comportamento, mas, sim, resultado do crescimento e da diversificação da economia pelo incremento do gado bovino e ovino, que tornou o saque das áreas colonizadas mais atrativo e remunerativo para os índios.

Nesse contexto, empreendeu-se a fase de consolidação fronteiriça de Alsina em 1876. Essa campanha marcaria uma nova sistemática nas hostilidades contra os índios, mas, para que isso acontecesse, era necessário que as tropas pudessem alcançar as regiões mais distantes. A infra-estrutura e as comunicações foram melhoradas ao longo da fronteira, assim como também houve a melhora das fortificações, e foi cavada uma fossa através dos pampas. A fronteira assumiu uma forma física, existiria como uma linha claramente definida e não como a zona vaga descrita pelos geógrafos.

Em julho de 1877, Roca realizou uma verdadeira devastação militar, que deixou como saldo caciques prisioneiros, milhares de índios mortos e outros tantos prisioneiros.

Além disso, o fato de o General Roca ser o comandante das fronteiras de Córdoba, San Luis e Mendoza deu-lhe a oportunidade para informar-se profundamente sobre a realidade do problema da luta no deserto, chegando ao ponto de saber detalhes dos costumes, da situação e da tática das principais tribos.

Os esforços de Alsina para dominar o deserto garantiram, no final de sua campanha, a incorporação de 56.000km² de terras virgens e também a criação de novos territórios.

Durante esse período, a disputa entre Alsina, Ministro da Guerra, e Julio Roca passou a ser cada vez mais acirrada.

Em 29 de dezembro de 1877, com a morte de Alsina, o Presidente Avellaneda designou Roca como sucessor, que então contou com a oportunidade de elaborar uma estratégia para a campanha final do **deserto**, e a etapa agora seria a fronteira com o rio Negro. A chegada efetiva de Roca ao Ministério da Guerra, em junho de 1878, possibilitou que ele pusesse em prática suas três linhas de trabalho, que podem ser assim sintetizadas: (a) continuação das tarefas de abrandamento das tribos existentes ao sul e a sudeste da Província de Buenos Aires e ao sul de San Luis, Córdoba e Mendoza; (b) execução de tarefas simultâneas de exploração de novos territórios; (c) preparação logística do avanço para chegar até o rio Negro.

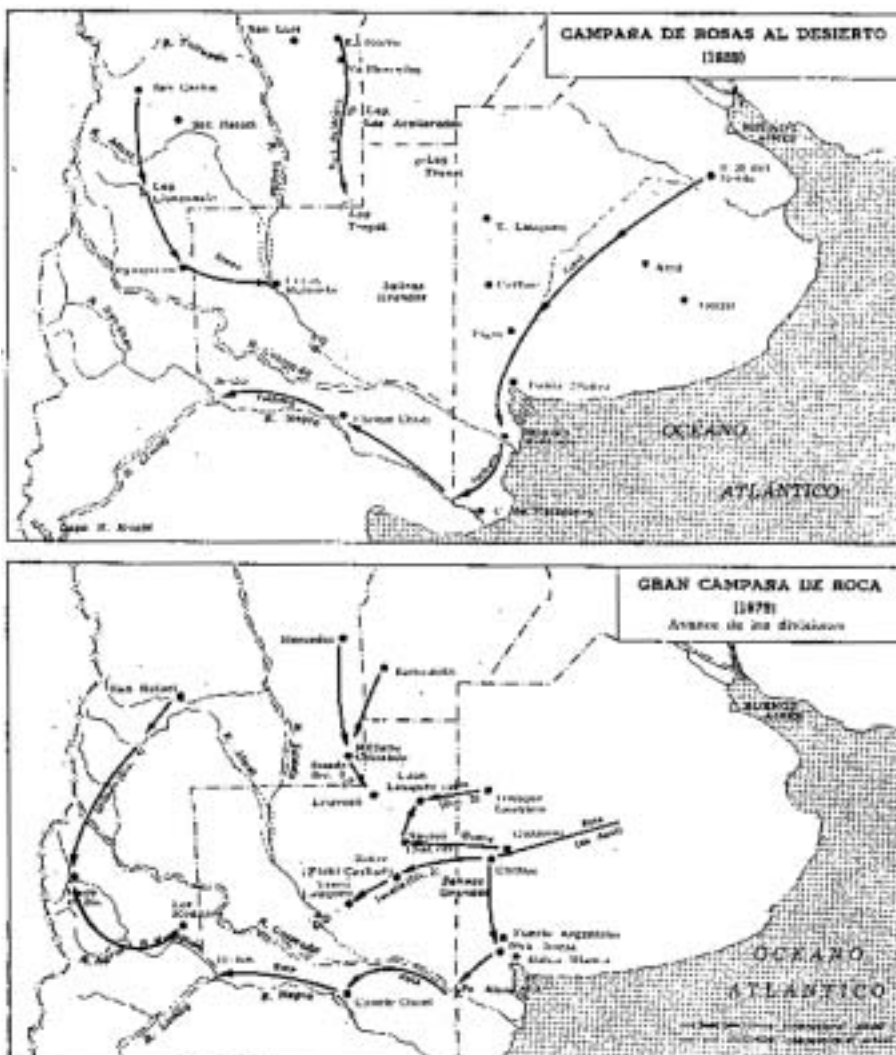
O plano de Roca, ao assumir, consistia, pois, em eliminar, primeiro, os índios entre a fronteira e os rios Negro e Neuquén e, depois, avançar até a cordilheira dos Andes e prolongar a ocupação real até as zonas austrais da Terra do Fogo (Walther, 1970, p. 430). Para isso, o Poder Executivo enviou uma minuciosa mensagem e um projeto ao Congresso, sobre a ação militar em 13 de agosto de 1878. No projeto, eram solicitados os recursos necessários para o cumprimento da ação militar até o avanço do rio Negro.

De acordo com Lewis (1980), se Roca possuía astúcia militar e sua campanha era mais sagaz e mais abarcadora que as expedições anteriores, também contava com melhores equipes. O exército que ele comandava em 1878 era um contingente muito mais profissional que aquele em que ele mesmo havia servido muitos anos antes, e, em parte, isso se devia a seus próprios esforços. Além disso, o exército estava melhor financiado, armado e equipado, sendo constituído por aproximadamente 6.000 soldados e 7.000 cavalos (Argentina. Ministerio del Interior, 1979, p. 120).

A Figura 1 apresenta a Campanha de Rosas, de 1883, e a de Roca, de 1879.

Figura 1

Campanha de Rosas e Campanha de Roca na Argentina — 1833 e 1879



FONTE: SUAREZ, Cel Martin. **Atlas histórico militar argentino**: Biblioteca del Oficial. Buenos Aires: Circulo Militar, 1974. p. 5.

O plano de Roca baseava-se, fundamentalmente, em dois elementos-chave: a hostilização contínua dos índios durante a fase preliminar da guerra e o ataque final e coordenado. O êxito de ambas as ações dependia de comunicações adequadas, para poder manter contato com os diversos setores da frente, e do suprimento adequado das tropas, o que foi garantido pela expansão da rede de estradas de ferro na Argentina.

As expedições foram muito favoráveis e prepararam as condições para que, em 1879, fosse alcançado, sem maiores dificuldades, o rio Negro. O resultado de todo esse processo foi a ocupação de mais de 550.000km de território nacional.

É importante notar que o Governo nacional promulgou, em outubro de 1884, a organização de seus limites aos territórios nacionais, surgindo, assim, de sua divisão os Governos do Pampa, do Neuquén, do rio Negro, de Chubut, de Santa Cruz e da Terra do Fogo. Na primeira década do Século XX, a Nação ocupou definitivamente a Patagônia, encerrando-se, assim, a última etapa da conquista de novos territórios.

Lewis (1980) reporta-se, com detalhes, à Campanha de Roca. No seu entender, esse é um dos temas mais recorrentes na historiografia econômica argentina, pelo papel da geração dos anos 80 do Século XIX na determinação do caráter e da substância do País durante a fase subsequente de modernização e crescimento. Sua tese sobre as Campanhas de 1874 e 1878 é de que elas foram conseqüência de fenômenos que já apontavam para a modernização: a vitória de Roca foi um resultado e não a causa do desenvolvimento econômico. Essa expansão econômica permitiu o fortalecimento da autoridade estatal e, principalmente, a aplicação dos projetos de infra-estrutura essenciais para a implementação exitosa de sua estratégia militar.

3 Considerações finais

Conforme pôde ser constatado, a formidável e peculiar expansão territorial ocorrida na década de 70 do Século XIX, que implicou a incorporação de grandes contingentes de terras férteis às diversas atividades agrícolas, constituiu-se em uma das principais alavancas que possibilitaram o crescimento das exportações e a inserção positiva e crescente da Argentina no cenário internacional, nesse período. A utilização dessas terras tornou-se economicamente viável em razão de a diminuição dos custos de transportes ter aproximado o mercado dos países europeus à Argentina, criando uma demanda para os seus produtos, como a carne e o trigo.

Ao longo do trabalho, foi visto que o conceito de fronteira territorial, entendido como um espaço de conflito, é o mais adequado para o caso argentino e que a utilização do conceito de Turner (1940), construído para o caso específico do oeste norte-americano, deve se dar com ressalvas, pois determinadas características, tais como a forte presença do Estado e a idéia da agregação de novos territórios, são específicas do processo argentino.

A Campanha do Deserto representou, assim, a forma encontrada para a apropriação das terras férteis necessárias à produção agropecuária, definindo os limites centro-norte-oeste do atual território argentino. Ambas as Campanhas, a de Alsina, em 1874, e a do General Roca, em 1878, constituíram-se em uma seqüência de operações de cunho militar, respaldadas pela sociedade da época, com o claro objetivo, como foi visto nos documentos oficiais, de resgatar o deserto ocupado pelos indígenas e povoá-lo como forma de assegurar a sua propriedade. As duas campanhas garantiram a incorporação de 606.000/km de território à nação argentina.

Essas operações militares foram vitais para a formação e a consolidação do Estado nacional argentino, pelo aspecto de unidade territorial, e, assim, possibilitaram que a economia do País desfrutasse das vantagens comparativas de seus produtos em nível internacional. A fronteira e a incorporação de terras foram faces distintas do mesmo processo, embora com a ressalva de que a aspiração da construção do Estado nacional tenha induzido, em momentos anteriores, o esforço no sentido de viabilizar as condições políticas e materiais para a realização das operações militares que definiram os novos contornos do País.

Referências

ALBERDI, J. B. **Fundamentos da organização política da Argentina**. Campinas: Unicamp, 1994.

ARGENTINA. MINISTERIO DEL INTERIOR. **La Conquista del desierto**: publicación de la Comisión Nacional de Homenaje al Centenario de la Campaña del Teniente General Don Julio Argentino Roca (1879-1979). Buenos Aires, 1979.

AUZA, Néstor Tomás. La ocupación del espacio vacío: de la frontera interior a la frontera exterior. 1876-1910. In: FERRARI, Gustavo; GALLO, Ezequiel (Comp.). **La Argentina del ochenta al centenario**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980.

BANDIERI, Suzana. Ampliando las fronteras: la ocupación de la Patagonia. In: LOBATO, Mirta. (Org). **Nueva historia Argentina: el progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

BUCHBINDER, P. La historiografía rioplatense y el problema de los orígenes de la Nación. Montevideo: **Cuadernos del CLAEH**, año 19, n. 69. 2 série, 1994.

CORTÉS CONDE, R. **La economía argentina en el largo plazo (siglos XIX y XX)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana Universidad de San Andrés, 1997.

CUCCORESE, Horacio Juan. **Historia económica financeira Argentina (1862-1930)**. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 1966.

DI TELLA, G.; PLATT, D. C. M. **Argentina, Australia and Canada: studies in comparative development 1870-1965**. Oxford: St. Antony's College, 1985.

DÍAZ ALEJANDRO, C. F. **Essays on the economic history of the Argentina Republic**. New Haven: Yale University, 1970.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **El espejo de la Historia**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1998.

ÍSOLA, G. Viviana. Semblanza de un hombre de Estado: Julio Argentino Roca, 1880-1914. In: VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. **Buenos Aires 1880-1913: la capital de un Imperio Imaginario**. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

LANDES, David. **Riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LENZ, María Heloisa. **Crecimiento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Epóque**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2004. 328p.: mapas; tab. (Estudos e pesquisas-IEPE).

LEWIS, Colin. La consolidación de la frontera Argentina a fines de la década del 70: los indios, Roca y los ferrocarriles. In: FERRARI, G.; GALLO, E. (Comp.) **La Argentina del ochenta al centenario**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980.

LYNCH, Jonh. From independence to national organization. In: BETHELL, L. **Argentina since independence**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

OGELSBY, J. C. 'Who are we?': the search for a national identity in Argentina, Austrália and Canada, 1870-1950. In: PLATT, D. C. M.; DI TELLA, G. **Argentina, Australia and Canada: studies in Comparative Development 1870-1965**. Oxford: ST. Antony's College, 1985.